

Ata da **REUNIÃO ORDINÁRIA do Comitê de Investimentos** do Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba - IPMU, realizada aos vinte e cinco dias do mês de outubro de dois mil e treze, às nove horas, na sala de reuniões da sede do IPMU, onde compareceram os membros, conforme Portaria IPMU nº 040/2010: Dirceu Sanches, Carlos Eduardo Castilho, Sirleide da Silva, Ireni Tereza Clarinda da Silva e Silvia Moraes Stefani Lima. Aberta a reunião os membros do Comitê de Investimentos aprovaram por unanimidade a ata da reunião ordinária do dia 27/09/2013. Ato contínuo passou-se à análise do relatório sobre o **Mercado Financeiro e Carteira de Investimentos**, conforme processo **IPMU/072/2013**. De forma geral, o mês de setembro foi marcado pela continuidade da melhora dos indicadores econômicos dos países desenvolvidos e pela surpresa da autoridade americana em adiar o processo de redução dos estímulos monetários, resultando em forte oscilação nos preços dos ativos financeiros. Nos **Estados Unidos**, o Fed - Banco Central Americano surpreendeu ao não reduzir o volume de compras de títulos, em sua última reunião, alegando que a recuperação da economia ainda não seria forte o suficiente para absorver menores estímulos. Adicionalmente, o risco de uma paralisia das atividades do governo segue elevado, em função da briga política entre os partidos, dificultando um acordo para a aprovação do orçamento de 2014 e da elevação do teto da dívida pública. No **Reino Unido**, os indicadores econômicos continuaram a mostrar melhora. Na **Alemanha**, as eleições passaram sem grandes novidades, com Ângela Merkel vencedora, mas precisando formar coalizão com partidos adversários. Em **Portugal**, com a União Europeia e o Fundo Monetário Internacional cogitando retirar a ajuda financeira, o primeiro-ministro português está



próximo de propor um pacote que deve reduzir em 3,3 bilhões de euros os gastos do país em 2014, visando cumprir as metas estabelecidas no Plano de Resgate. De acordo com o governo, o orçamento de 2014 é decisivo, pois será o último dentro do programa de ajuda. O governo admite que as decisões foram adiadas e que agora as reformas a serem realizadas estão se acumulando. Se o país não cumprir com os termos do programa de ajuda, terá mais dificuldades para financiar-se após o final dele. Na Itália, com efeito Berlusconi (ordenou que cinco ministros de centro-direita renunciassem a seus cargos no governo), ações italianas caem enquanto títulos dispara. A decisão de Berlusconi, tomada à medida que o magnata da mídia enfrenta a possível expulsão do Parlamento após ser condenado por fraude fiscal, deixou a terceira maior economia da zona do euro sem um governo funcional. Investidores temem que o caos político na Itália possa expandir-se para além das fronteiras do país, especialmente se resultar em novas eleições, embora o presidente Giorgio Napolitano parece determinado a tentar todos os caminhos para buscar uma nova maioria parlamentar. A turbulência ocorreu em um momento particularmente infeliz, em que o projeto de lei orçamentária de 2014 está em negociação. No entanto, o fato de a economia da zona do euro estar mostrando sinais de recuperação e de os investidores continuarem a acreditar na postura do Banco Central Europeu poderiam limitar qualquer contágio. O rendimento dos bônus de 10 anos da Itália, um bom indicador de sentimento de longo prazo, subiu para 4,73% em setembro, o mais alto deste junho, mas bem abaixo dos 7,5% atingidos quando o país esteve à beira da inadimplência no final de 2011. Na Ásia, os sinais de reaceleração da atividade econômica continuaram, lideradas pela China e Japão, seguida pelos outros países. O risco de desaceleração da China, da 2ª maior economia do mundo,

The bottom of the page features several handwritten marks. On the left, there is a large, horizontal, scribbled-out signature. To its right, there are four distinct, smaller handwritten signatures or initials, each appearing to be a different name or set of initials.

claramente se reduziu, fazendo com que o consenso de crescimento acima de 7,5% a.a voltasse. No **Brasil**, mesmo com alguns sinais mais animadores de atividade, como desemprego em 5,3% e surpresa positiva no varejo de julho, o BC - Banco Central decidiu por reduzir a projeção do PIB-Produto Interno Bruto para 2013, ficando um pouco mais em linha com as projeções de mercado. Essa cautela quanto ao crescimento é justificada, dado o desempenho desanimador da indústria e os recentes fracassos nos leilões de concessões de rodovias, que estão fazendo o governo repensar a forma de como conduzir os projetos de infraestrutura com o setor privado. Apesar da aparente tranquilidade do Bacen quanto à política fiscal, o quadro continua em trajetória de deterioração, tendo em vista o último número do superávit primário de agosto. O Copom - Comitê de Política Monetária do Banco Central novamente a taxa básica de juros. Esse foi o quinto aumento consecutivo na taxa Selic, que vem subindo desde abril deste ano, o que levou os juros ao maior nível desde março de 2012. A taxa básica de juros subiu 2,25 pontos percentuais no ano - passou de 7,25%, em abril, para os atuais 9,5% - e, de acordo com expectativas dos analistas financeiros, deve aumentar ainda mais nas próximas reuniões do Copom, no fim de novembro e em meados de janeiro de 2014, apesar do abrandamento da inflação nos últimos três meses. Os analistas acreditam que a taxa básica de juros terminará o ano em 9,75% ou 10%. No **MERCADO FINANCEIRO**, o cenário internacional segue como principal fator de volatilidade. Carteira de inflação (renda fixa) e a maior parte das ações (renda variável) ainda estão no campo negativo no ano, mas parte das perdas é revertida em setembro. O mesmo capital externo que gerou a turbulência vista nos últimos meses parece ser o elemento que garantiu uma acomodação no mercado local nos últimos



pregões do mês de setembro. O chamado investidor não residente parou para fazer as contas e viu boas oportunidades de ganho no Brasil. Esse comportamento é contrastante com o de agentes locais que ainda mantêm uma dose maior de ceticismo em relação ao rumo da economia. Neste mês, tanto os ativos de renda fixa quanto a bolsa e o real passaram por um processo de recuperação. Na **RENDA FIXA** quase todos os indicadores apresentaram desempenho positivo: IMA-B total (0,39%), IMAB-5 (1,21%), IMAB-5+ (-0,19), IRFM-total (1,54%), IRFM-1+ (1,91%) e IRFM-1 (0,80%). Na **RENDA VARIÁVEL**, a Bolsa tem o melhor trimestre desde 2012. Com a alta de setembro, Ibovespa teve o terceiro mês consecutivo de ganho, com alta de 4,65% reduziu as perdas no acumulado do ano para 14,13%. A valorização, entretanto, ainda é vista com ceticismo por gestores e economistas, com olhares voltados aos Estados Unidos. Houve uma aceleração com relação às altas de julho e agosto. Ainda assim, o movimento não empolga gestores e estrategistas do mercado. A reticência nas discussões segue elevada e as menções a ajuste, correção e ponto fora da curva seguem presentes. Ainda não foi desta vez que a expressão reversão de tendência foi cravada pelos especialistas. Quando o Ibovespa caiu para o nível dos 45 mil pontos, no começo de julho, o mercado passou a ser considerado muito abaixo do valor de equilíbrio. Dessa forma, a retomada vista ao longo dos últimos três meses foi considerada por eles como correção e a tendência não é de continuidade. Para os especialistas o que ocorreu foi simplesmente um ajuste para valores mais próximos dos fundamentos do Brasil. Performance dos principais índices de renda variável no mês e no ano respectivamente: Ibovespa (4,65% / -14,13%), IBRX-0 (5,10% / -4,40%), Small Caps (5,20% / -11,92%) e Dividendos (6,13% / -4,25%). No fechamento do mês, a



Carteira de Investimentos do IPMU, apresentou valorização dos ativos financeiros, resultando no aumento do patrimônio financeiro, que passou de de R\$ 192.578.709,97 (cento e noventa e dois milhões quinhentos e setenta e oito mil setecentos e nove reais e noventa e sete centavos) em agosto, para R\$ 194.533.578,43 (cento e noventa e quatro milhões quinhentos e trinta e três mil quinhentos e setenta e oito reais e quarenta e três centavos) em setembro. Performance geral nos investimentos: a-) desvalorização de R\$ 14.006.277,30 (catorze milhões seis mil duzentos e setenta e sete reais e trinta centavos) nas aplicações financeiras: R\$ 887.635,74 nos fundos de renda variável, R\$ 9.734.724,60 nos fundos de renda fixa e R\$ 3.383.916,96 nos títulos públicos); b-) saldo financeiro (R\$ 194.533.578,43) inferior a meta atuarial acumulada no período (R\$ 224.509.587,71); c-) com exceção dos fundos de crédito privado (desenquadramento passivo), todos os demais fundos de investimentos estão enquadrados conforme Resolução CMN 3.922/2010, d-) enquadramento das aplicações financeiras com relação a Política de Investimentos: carteira de títulos públicos e fundos de crédito privado estão acima do percentual estabelecido, e-) rentabilidade dos fundos de investimentos comparado com a meta atuarial: carteira de títulos públicos (títulos 2015, 2021 e 2024 conseguiram superar a meta); fundos de ações (nenhum fundo superou a meta) e fundos de renda fixa (nenhum fundo superou a meta) e f-) aplicação por instituição financeira conforme Política de Investimentos e Resolução CMN 3.922/2010. Dando sequência à pauta, os membros do Comitê de Investimentos, levando em consideração o CENÁRIO FINANCEIRO atual e as PERSPECTIVAS ECONÔMICAS no curto prazo, decidiram por unanimidade, aplicar o **repasso da contribuição previdenciária** patronal e servidor no fundo Santander FIC IRFM 1, para pagamento da



folha dos aposentados e pensionistas. Justificativa: a volatilidade do mercado e a incerteza continuam no curto prazo, sendo necessário a defesa da carteira, alocando novos aportes de recursos em fundo de renda fixa com pouca volatilidade. Com relação ao fundo **Caixa Rio Bravo - Fundo de Investimento Imobiliário** e o fundo **BB Previdenciário Ações Alocação FI FIC**, a decisão unanime é de não realizar aplicação no momento, devendo ser acompanhado pelos próximos meses, considerando que o IPMU não dispõe na sua Política de Investimento previsão de aplicação em fundo imobiliário (no caso do fundo apresentado pela Caixa Econômica Federal) e também não possui recursos disponível suficiente para a aplicação, sendo necessário o resgate de alguma aplicação, o que iria causar prejuízo, considerando a performance negativa dos investimentos até o presente momento. Com relação ao convite da **Riviera Investimentos**, para participar da apresentação do novo fundo de participação, no dia 30/10 - em Brasília, a decisão foi de aguardar uma próxima oportunidade. Ato contínuo, os membros do Comitê de Licitações, analisam a **Notificação Ministério da Previdência** referente ao **Desenquadramento à Resolução do CMN nº 3.922/2010**, irregularidade impeditiva à emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP. Conforme apontamento, a aplicação no ativo **Fundo de Investimentos - Renda Fixa "Crédito Privado"** está em desacordo com o Artigo 7º, inciso VII, alínea "b" (aplicação superior a 5% do total dos recursos do RPPS), nos bimestres de "maio/junho" e "julho/agosto" de 2013. O recurso encaminhado ao Ministério da Previdência Social demonstrou que ocorreu **desenquadramento passivo**, que tende a se regularizar com a valorização dos ativos financeiros. Em atenção ao Ofício IPMU nº 384/2013, de 1º de outubro de 2013, o Ministério da Previdência Social informou que foi emitido o Parecer nº

6/10



082/2013/MPS/SPPS/DRPSP/CGACI, concedendo o prazo de 180 dias previsto no artigo 22 da Resolução contados a partir de 30.06.2013, **encerrando em 27.12.2013**, para o enquadramento. Na sequência da pauta, os membros do Comitê de Investimentos, analisam a **PORTARIA MPS Nº 440 DE 09/10/2013**, que altera a Portaria MPS/GM nº 519, de 24 de agosto de 2011, que dispõe sobre as aplicações dos recursos financeiros dos Regimes Próprios de Previdência Social. As principais alterações contidas na PORTARIA tem como objetivo qualificar ainda mais os envolvidos pela gestão dos recursos financeiros dos RPPS. Conforme Portaria: **a-)** para contratar consultoria de investimentos para o suporte técnico deverá ser verificado o credenciamento da mesma junto a CVM - Comissão de Valores Mobiliários; **b-)** os RPPS deverão ter um maior controle nas APRs - Autorização de Aplicação e Resgate; **c-)** deverá ser realizada análise técnica dos fundos de investimentos antes da aplicação de recurso, realizando análise do histórico do fundo e das instituições envolvidas (custodiante, administrador, distribuidor); **d-)** o Comitê de Investimentos deverá se reunir com maior frequência, devendo ter reuniões periódicas com atas registradas no ente local; **e-)** O DPIN - Demonstrativo da Política de Investimentos deverá conter as assinaturas dos responsáveis legais pelo ente federativo, pela unidade gestora do RPPS e dos responsáveis pela elaboração, aprovação e execução; **f-)** os RPPS deverá disponibilizar aos seus segurados e pensionistas: a política anual de investimentos e suas revisões, as informações contidas nos formulários APR - Autorização de Aplicação e Resgate, a composição da carteira de investimentos, os procedimentos de seleção das eventuais entidades autorizadas e credenciadas, as Informações relativas ao processo de credenciamento de instituições para receber as aplicações dos recursos, relação das



entidades credenciadas para atuar com o RPPS e respectiva data de atualização do credenciamento e as datas e locais das reuniões dos órgãos de deliberação colegiada e do Comitê de Investimentos; g-) na gestão própria, antes da realização de qualquer operação, assegurar que as instituições escolhidas para receber as aplicações tenham sido objeto de prévio credenciamento (análise do histórico e experiência de atuação do gestor e do administrador do fundo de investimento e de seus controladores/ análise quanto ao volume de recursos sob sua gestão e administração, bem como quanto a qualificação do corpo técnico e segregação de atividades/ avaliação da aderência da rentabilidade aos indicadores de desempenho e riscos assumidos pelos fundos de investimentos sob sua gestão e administração, no período mínimo de dois anos anteriores ao credenciamento); h-) deverá ser realizada a análise e registro do distribuidor, instituição integrante do sistema de distribuição ou agente autônomo de investimento, certificando-se sobre o contrato para distribuição e mediação do produto ofertado e a regularidade com a CVM-Comissão de Valores Mobiliários; i-) a análise dos quesitos verificados nos processos de credenciamento deverá ser atualizada a cada seis meses; j-) as aplicações que apresentem prazos para desinvestimento, inclusive prazos de carência e para conversão de cotas de fundos de investimentos, deverão ser precedidas de atestado evidenciando a sua compatibilidade com as obrigações presentes e futuras do regime; l-) os RPPS deverão comprovar que mantêm Comitê de Investimentos, que a estrutura/composição/funcionamento foi estabelecida em ato normativo pelo ente federativo e que maioria dos seus membros possuem certificação. A certificação exigida para os membros do Comitê de Investimento deverá ser comprovada até julho de 2014. Ato contínuo, o próximo assunto abordado é com relação ao **Inquérito**



Policial nº 0079735-97.2012.4.01.0000/DF, referente a representação por medidas constritivas e cautelares (busca e apreensão, decretação de prisão preventiva e temporária, condução coercitiva, seqüestro de bens e bloqueio de valores), formulada pela Delegacia de Repressão a Crimes Financeiros e Desvios de Recursos Públicos, da Superintendência Regional no Distrito Federal, após quebra de sigilo de dados cadastrais e interceptação telefônica, denominada **OPERAÇÃO MIQUEIAS**. O Inquérito Policial foi iniciado através de documento encaminhado pelo Ministério da Previdência Social, comunicando irregularidades envolvendo aplicações realizadas por diversos Regimes Próprios de Previdência Social em fundos de investimento de crédito privado. Tais aplicações teriam por objetivo final desviar recursos dos Institutos de Previdência, à medida que eles investiriam em fundos não rentáveis de longo prazo, causando sérios prejuízos ao patrimônio dos Regimes Próprios dos servidores públicos. Conforme relatório, estão sendo investigados 21 (vinte e um) Fundos de Investimentos: 1.Adinvest Top Fundo de Investimentos Renda Fixa, 2.Águila Fundo de Investimentos Imobiliário, 3.Ático FIC Fundo de Investimentos Imobiliário Florestal, 4. Ático FIC Fundo de Investimentos em Participações, 5.Ático Institucional IMA-B 5 Renda Fixa, 6.Ático Renda FI Imobiliário, 7.BVA Master Multisetorial Fundo de Investimentos de Direitos Creditórios, 8.Conquest Fundo de Investimentos em Participações, 9.Diferencial Fundo de Investimentos Renda Fixa Longo Prazo, 10.Eco Hedge FI Multimercado Crédito Privado, 11.Elo Fundo de Investimentos Renda Fixa, 12.Eslovênia Fundo de Investimentos Renda Fixa, 13.Golden Tulip Belo Horizonte Fundo de Investimentos, 14.Itália Multisetorial Fundo de Investimentos de Direitos Creditórios, 15.Leme Fundo de Investimentos IMA-B, 16.Leme Multisetorial IPCA Fundo de Investimentos de Direitos Creditórios, 17.Patriarca Private Equity FIP, 18.Piatã Fundo de Investimentos Renda Fixa LP Previdenciário Crédito Privado, 19.Security Fundo de Investimentos DI



Referenciado Crédito Privado, 20.Totem Fundo de Investimento Renda Fixa II, 21.Vitória Régia Fundo de Investimentos de Renda Fixa Longo Prazo. Na reunião solicitada pelo Gabinete do Prefeito, no mês de abril de 2013, o Comitê de Investimentos, acompanhado do Conselheiro Administrativo Corsino Aliste Mezquita, recebeu a empresa de consultoria financeira **PLENA CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS**. O objetivo da reunião era fazer a apresentação dos serviços prestados pela empresa para uma possível contratação. O trabalho proposto englobava três etapas: avaliação da composição e distribuição dos ativos financeiros, propor carteiras mais eficientes e acompanhar a evolução das aplicações realizadas. Após a análise das carteiras propostas pela empresa de consultoria, comparando com a carteira de investimentos do IPMU, o Comitê de Investimentos, concluiu que os fundos sugeridos não atendiam aos critérios de estabelecidos pelo IPMU, dando ciência aos Membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal e encaminhando relatório através de ofício, ao Sr. Prefeito Municipal, Maurício Moromizato. Dos fundos de investimentos investigados pelo Ministério Público, na Operação Miqueias, 06 (seis) foram relacionados pela **PLENA CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS**, para aplicação financeira do IPMU: 1.Ático FIC Fundo de Investimentos Imobiliário Florestal, 2.Ático FIC Fundo de Investimentos em Participações, 3.Ático Institucional IMA-B 5 Renda Fixa, 4.Ático Renda FI Imobiliário, 5.Leme Fundo de Investimentos IMA-B, 6.Leme Multisetorial IPCA Fundo de Investimentos de Direitos Creditórios. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e para que conste, eu, Sirleide da Silva, que secretariei os trabalhos, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, vai por mim assinada, e pelos demais.

